

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 15 de maio de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

CNBC Brasil Online | BR-SP

Marco regulatório | INPI

Justiça suspende venda do uísque Jackzinho após ação da Jack Daniel's	3
<small>HENRIQUE ALMEIDA</small>	

Jota Info | BR

Marco regulatório | INPI

Propriedade intelectual e a atual ordem global	4
<small>DA REDAÇÃO</small>	

MSN Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

'Made in Brasil': Veja 7 invenções que são brasileiras e pouca gente sabia	9
---	----------

Patentes

Pra quem não viu: Brasileiro é processado por Ferrari após criar réplica de modelo raro	11
--	-----------

Justiça suspende venda do uísque Jackzinho após ação da Jack Daniel's



A justiça de São Paulo concedeu uma liminar que proíbe a comercialização do uísque "Jackzinho", produzido pela empresa Vila Romana Bebidas, de Pinheiro Preto (Santa Catarina). A decisão foi tomada após uma ação movida pela fabricante do uísque Jack Daniel's, que alegou que a semelhança entre os dois produtos poderia induzir os consumidores a erro e prejudicar sua reputação.

União Europeia planeja impor tarifas de 50% sobre uísque e motocicletas dos EUA

A Jack Daniel's argumentou que o nome, a embalagem e a apresentação do Jackzinho poderiam causar confusão no mercado, levando os consumidores a acreditar que o produto catarinense fosse uma variação ou uma marca associada à sua própria. A empresa solicitou, além da suspensão da venda, uma indenização de R\$ 200 mil por danos morais e o ressarcimento de possíveis prejuízos financeiros.

Mera coincidência

Em defesa, a Vila Romana Bebidas negou que houvesse qualquer tentativa de imitar a marca internacional. A empresa afirmou que não existem semelhanças gráficas, fonéticas ou conceituais entre os dois produtos, e garantiu que não havia risco de

confusão por parte dos consumidores.

O juiz Gustavo Mazutti, responsável pela decisão, reconheceu a alta notoriedade da marca Jack Daniel's, que possui registro de alto renome no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**). Segundo o juiz, a semelhança entre os produtos configura uma associação indevida, o que justificou a suspensão imediata da comercialização do Jackzinho.

A decisão é provisória, e o processo ainda aguarda julgamento definitivo. O caso levanta questões sobre a proteção legal de marcas, especialmente aquelas de alto renome, e poderá ter implicações em outros casos similares no futuro.

-

Propriedade intelectual e a atual ordem global

DA REDAÇÃO



IA, tratados, legislação nacional e até tuítes do Vale do Silício têm movimentado discussões em torno de PI

As comemorações do Dia Internacional da Propriedade Intelectual, em 26 de abril, trouxeram reflexões sobre o cenário político-econômico internacional que se apresentou nos primeiros quatro meses deste ano. Além do noticiário sobre os impactos da inteligência artificial, a propriedade intelectual esteve envolvida em discussões sobre comércio internacional, regulação e tarifas, diante da nova realidade imposta pelas políticas comerciais do atual governo norte-americano.

Em que medida o novo cenário comercial internacional influencia o sistema de propriedade intelectual global? De que forma direitos de propriedade intelectual poderão ser impactados (ou já estão sendo) neste novo contexto? Estas são as questões exploradas neste artigo.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Economia internacional e propriedade intelectual

Pode-se dizer que o sistema de propriedade intelectual contemporâneo se fundou na concepção da

Organização Mundial do Comércio, em 1995. Naquele momento, houve a adoção do Tratado TRIPS - acrônimo em inglês para Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights.

Diferentemente dos outros tratados internacionais relacionados aos direitos de **propriedade** intelectual[1], administrados pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual, o TRIPS inovou ao estabelecer uma conexão direta entre os direitos de PI e regras do comércio internacional, que vinculariam os países na nova OMC[2]. Três décadas atrás, em um contexto de globalização e liberação de mercados, regras harmonizadas entre países trariam segurança e previsibilidade aos agentes econômicos.

À época, já se compreendia que direitos de PI possuíam relevância econômica para diferentes setores e atividades empresariais[3], ainda que discrepâncias existissem entre os países. Regular apenas as regras comerciais entre produtos "tradicionais" (como commodities) não seria suficiente para avançar no ideal de globalização comercial, principalmente por parte dos países mais desenvolvidos do norte-global. Assim, vários países tiveram de alterar suas normativas sobre PI para adequação ao TRIPS, como o Brasil[4].

Inovadora também foi a possibilidade de países serem questionados e sancionados, no contexto da OMC, por violações dos tratados da entidade, incluindo o TRIPS. Ao contrário de outros diplomas vigentes, a estrutura concebida para a OMC permite a seus membros travarem disputas com seus pares em situações de descumprimento de normas ou controvérsias sobre sua adequada aplicação.

Em uma expressão difundida, os tratados da OMC possuem dentes e disputas entre países são uma realidade: foram 638 processos iniciados desde 1995, dos quais 44 são sobre o TRIPS[5]. O Brasil é membro ativo, tendo iniciado 34 processos e respondido a

outros 17. Como terceiro interessado, atuou em 175 casos[6]. Em 2025, 7 processos; foram iniciados perante a OMC: 5 deles são contra os EUA, mas nenhum relacionado ao TRIPS, por ora.

Fato é que propriedade intelectual pós-TRIPS é elemento central em discussões econômicas globais. À medida que mais setores empresariais de peso têm na PI o alicerce de seus negócios, a pressão em seus governos interfere na política global e influencia decisões de parte a parte, como nos casos abaixo.

A reciprocidade comercial e a Lei 15.122/2025

Todo o contexto acima é relevante para compreender alguns desdobramentos nesse início de 2025 no Brasil, especialmente a edição da Lei 15.122/2025, em regime de fast track.

A denominada Lei da Reciprocidade foi até agora dos poucos resultados concretos deste ano legislativo. Anteriormente PL 2088/2023, apresentado pelo senador Zequinha Marinho (Podemos -PA) com objetivo de dotar o Brasil de poderes para revidar ameaças comerciais relacionadas a barreiras ambientais, o texto ganhou contornos mais amplos e contundentes com proposta de substitutivo apresentado pela senadora Tereza Cristina (PP-MS), em 28 de fevereiro, sexta-feira de Carnaval.

É nesse momento que a realidade imposta pelas decisões tarifárias do governo americano (e possibilidade de aumento) fez o improvável: uniu governo e Legislativo em texto que garante ao país poderes amplos de retaliação comercial unilateral. E mais: incluiu a possibilidade de que a retaliação ocorra pela suspensão ou revogação de direitos de propriedade intelectual. Sancionada em 11 de abril, sua aprovação em tempo recorde evidencia a urgência em se preparar para potenciais disputas econômicas vindouras.

Igualmente, a inclusão de direitos de PI ao texto confirma o grau de instrumentalidade que tais direitos

possuem no contexto econômico global - são moedas de troca para ameaças à "competitividade internacional brasileira", como diz a lei. Competitividade essa que não deriva de exportação de produtos inovadores[7]. Logo, poder suspender ou restringir direitos de PI torna-se alternativa na mesa de negociações quando é do outro lado que estão representantes de setores intensivos em PI[8].

'Delete all IP Law' é o desejo de parte do Vale do Silício?

Em meados de abril, Jack Dorsey (cofundador do X e da fintech Block) provocou debate ao tuitar a seguinte frase: "eliminem todas as leis de **propriedade** intelectual" (em inglês "delete all IP Law"). O tema ganhou mais fôlego ainda com uma postagem de Elon Musk na sequência, concordando com Dorsey.

Crédito: Reprodução/X

As empresas nas quais ambos participam detêm diferentes direitos de PI. Há quem apontasse que o X tem 2.500 patentes em vigor e 160 marcas registradas, enquanto a Block teria 2.100 patentes ativas e 60 marcas registradas[9]. Igualmente, grande parte dos ativos destas empresas dependem de proteção por segredos de negócio e informações confidenciais, alinhadas em NDAs com seus empregados e parceiros. Afinal, qual lei de PI se pretende eliminar, diante de tais ativos?

Atualmente está em discussão na União Europeia o Código de Prática, que auxiliará empresas a cumprirem com o AI Act, regulamento sobre inteligência artificial adotado em 2024. A apresentação do Código, elaborado por 30 especialistas, está prevista para maio e junho de 2025. Há expectativa sobre a atuação de empresas de tecnologia interessadas em desenvolver sistemas de IA no contexto do cumprimento de leis de **direitos** autorais em vigor na Europa.

Direitos autorais têm incendiado o debate em in-

Continuação: Propriedade intelectual e a atual ordem global

teligência artificial, como tratado em texto anterior desta coluna. Como parte dos direitos de PI, o posicionamento de Dorsey e Musk, e sua representatividade no governo dos EUA[10], aduzem mais uma vez à interação entre PI e geopolítica nesses nossos tempos.

O Tratado de Preparação para Pandemias e a OMS sem os EUA

Após mais de 3 anos desde a instauração do Órgão de Negociação Intergovernamental pela Organização Mundial da Saúde (OMS), com 13 edições formais de negociações entre membros, os 194 países que participam da entidade chegaram ao texto final do Tratado de Preparação de Pandemias.

O novo Tratado, vigente a partir de maio, deverá reger a atuação dos países-membros em pandemias, como a de Covid-19. A intenção é que haja mais coordenação entre os países na prevenção, preparação e combate de futuras ameaças pandêmicas.

Temas de PI também permeiam o texto e foram, no início das discussões, potenciais entraves. O novo tratado aborda formas de impulsionar **transferências** de tecnologia de saúde por países detentores para países em desenvolvimento, a fim de descentralizar a produção de medicamentos e vacinas - desde que em termos conjuntamente acordados.

Está prevista a criação de um sistema de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios com países cujos territórios tais materiais sejam identificados, para desenvolvimento de medicamentos e vacinas. O Sistema de Acesso e Compartilhamento, administrado pela OMS, pretende fazer a identificação e tratamento dos materiais com segurança e transparência, garantindo a repartição de benefícios aos países originários, à semelhança do sistema instituído pelo Protocolo de Nagoya e a Convenção de Biodiversidade.

O consenso na OMS foi comemorado como prova de que ainda há espaço para coordenação multilateral global, incluindo temas de PI. Contudo, é de se notar que a decisão foi alcançada sem os EUA, que deixaram a OMS no início do ano. Assim, questiona-se o sucesso do Tratado frente à ausência americana, especialmente se considerarmos sua liderança na inovação biofarmacêutica mundial.

Por fim, questiona-se também: quais serão os futuros debates político-internacionais em que temas de propriedade intelectual terão posição de destaque ou influência? Afinal, certo está que na mesa de negociação há bastante espaço para tais direitos, seja por seu fortalecimento ou sua flexibilização... Quem viver, verá!

Em alta | abril.25

Brasil: **Interfarma** apresenta dados relacionados ao backlog de **patentes** farmacêuticas em evento realizado com Correio Braziliense por conta do Dia Internacional da Propriedade Intelectual. A entidade afirma que depósitos de **patentes** do setor biofarmacêutico têm levado em média 7,8 anos para primeira decisão pelo **INPI[11]** - tempo que pode ser ampliado em caso de recurso.

EUA: A OpenAI enfrentará mais um processo judicial por violação de **direitos** autorais. Ziff Davis, empresa detentora de 45 veículos de mídia que publicam quase 2 milhões de artigos por ano, entrou com processo judicial contra a OpenAI. Junto com The New York Times, The Intercept e outros veículos, a Ziff Davis busca na justiça americana impedir a OpenAI de usar sua base de dados como treinamento do Chat GPT[12].

Brasil. A cantora Anitta quer impedir registro de marca pela empresa Farmoquímica do termo "Anitta", na classe de cosméticos. O termo, idêntico ao nome artístico da cantora, é marca registrada pela empresa farmacêutica na classe de medicamentos e utilizado para seu produto contra vermes, porém na grafia

"Annita". As partes aguardam a decisão do **INPI**[13].

China. Relatório da Universidade de Stanford indica que a China mantém desde 2023 liderança no número de **patentes** registradas para tecnologias de inteligência artificial (69,7%). De 2010 a 2023, o número de **patentes** relacionadas à tecnologia aumentou substancialmente - de 3.833 para 122.511. Em 2024, o aumento foi de 29%.[14]

[1] Como a Convenção de Berna de 1886 e a Convenção de Paris de 1883, tratados internacionais mais antigos de propriedade intelectual que abordam, respectivamente, **direitos** autorais e direitos industriais. Ambos seguem vigentes até hoje.

[2] A Organização Mundial do Comércio conta em 2025 com 164 países membros, que representam 98% do comércio internacional global. Seus quatro tratados estão relacionados a diferentes temas comerciais de produtos, serviços e propriedade intelectual.

[3] Como exemplo, tomemos a Microsoft, que completou 50 anos em 2025 e é hoje a empresa mais valiosa do mundo. Entre 1983 e 1998, foram lançados os programas Word, Excel e o Windows. Mais detalhes em <https://www.poder360.com.br/poder-tech/microsoft-completa-50-anos-relembra-a-trajetoria-da-empresa/#:~:text=A%20companhia%20fundada%20por%20Bill,mundo%2C%20atr%C3%A1s%20somente%20da%20Apple.>

[4] As Leis de **Propriedade** Industrial (Lei 9.279/1996) e de **Direitos** Autorais (Lei 9.610/1998) foram alteradas na década de 90 em parte por conta do TRIPS. Além destas, as Leis de Software (Lei 9.609/1998) e a Lei de Proteção dos Dossiês de Testes (Lei 10.603/2000) foram adotadas pelas mesmas razões.

[5] Notícias relatam desdobramentos de caso mais recente entre União Europeia e China, com contestação

da decisão preliminar emitida pela OMC por parte da EU. O processo permanece em sigilo, contudo. Mais detalhes disponíveis em <https://istoedinheiro.com.br/ue-contesta-decisao-preliminar-da-omc-em-disputa-de-propriedade-intelectual-contra-china/>

[6] Informações sobre os processos perante a OMC estão disponíveis no site da entidade: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_e.htm.

[7] Principalmente petróleo, etanol, aço, alumínio, celulose, carne bovina e café. No contexto da relação comercial com os EUA, atualmente cerca de 80 bilhões de dólares, a representatividade de cada país está praticamente equilibrada em 40 bilhões para cada um.

[8] A possibilidade de retaliação comercial com uso de direitos de PI adotada pela Lei 15.122/25 remete a caso emblemático DS 267/2002, que tramitou perante OMC entre EUA e Brasil, o caso do algodão. Naquele contexto, tendo vencido processo perante OMC quanto a descumprimento americano no comércio de algodão dentre os países, o Brasil inaugurou a possibilidade de retaliação cruzada de direitos de PI para outros aspectos comerciais da OMC. Tal decisão deu surgimento à Lei 12.270/2010 (anteriormente uma medida provisória) que dispõe sobre medidas de suspensão de concessões e outras obrigações brasileiras relativas a direitos de PI em caso de descumprimento de decisão favorável da OMC. A permissão para retaliação cruzada e a movimentação brasileira para sua efetivação contribuíram para que as partes chegassem ao acordo indenizatório em 2014.

[9] Conforme relata Dr. Benita Mackay em postagem na Trademark Law Magazine de 24.4.25, disponível em <https://trademarklawyermagazine.com/delete-all-ip-law-a-bil>

Continuação: Propriedade intelectual e a atual ordem global

lionaires-switch-from-proprietor-to-opponent/.

[10] Há notícias de que missão diplomática dos EUA teria enviado carta à UE para questionar termos do Código de Prática que está sendo trabalhado. Há informações de fontes próximas aos debates, interessadas em proteger interesses de empresas americanas de IA. Detalhes na reportagem da Euro News em <https://www.euronews.com/next/2025/04/30/big-tech-watered-down-ai-code-of-practice-report>.

[11] O evento está disponível no Youtube do Correio Braziliense, pelo link

[12] Detalhes e acesso à petição inicial do processo através de reportagem da The Verge em <https://www.theverge.com/news/656044/ziff-davis-sues-openai-ign-cnet-pcmag>.

<https://www.theverge.com/news/656044/ziff-davis-sues-openai-ign-cnet-pcmag>.

[13] Detalhes da disputa disponíveis no G1 em <https://g1.globo.com/saude/noticia/2025/04/29/anitta-disputa-par-a-barrar-uso-do-nome.ghtml>.

[14] Detalhes do Artificial Intelligence Index Report 2025 podem ser acessados pelo site <https://hai.stanford.edu/ai-index/2025-ai-index-report>.

'Made in Brasil': Veja 7 invenções que são brasileiras e pouca gente sabia

Muitas pessoas se surpreendem ao descobrir que algumas invenções usadas no dia a dia têm origem brasileira. Mesmo sem o devido reconhecimento internacional em alguns casos, o Brasil já contribuiu com inovações que impactaram áreas como medicina, comunicação, transporte e tecnologia. Confira a seguir 7 invenções que são brasileiras, mas pouca gente sabia!

Filtro de barro: Figurinha carimbada nas casas de muitas vovós e vovôs pelo Brasil, o filtro de barro é uma invenção brasileira baseada nas moringas indígenas. Reconhecido como um dos sistemas de filtração mais eficientes do mundo, sua popularização se deu no século 20, graças ao imigrante italiano Victor Lamparelli, que iniciou sua produção em 1920, em Jaboticabal (SP), com o filtro São João. Feito de barro e carvão, o equipamento ajudou a tornar a água mais segura para o consumo, especialmente em áreas urbanas.

Chuveiro elétrico: Criado em 1927 pelo brasileiro Francisco Canhos Navarro em Jaú (SP), o chuveiro elétrico revolucionou o modo de aquecer a água para o banho, substituindo a lenha e o gás. O sistema funciona por meio de uma resistência metálica que aquece a água ao entrar em contato com ela. Em 1950, a empresa Light - que hoje em dia fornece energia na cidade do RJ - iniciou a comercialização em larga escala, tornando o equipamento popular no Brasil e, posteriormente, no mundo.

Câmbio automático: Presente em grande parte dos carros atuais, o câmbio automático foi desenvolvido com sucesso pelos brasileiros José Braz Araripe e Fernando Lemos. Apesar de tentativas anteriores, como as dos irmãos Sturtevant (1902) e Munro Horner, só na década de 1930 a dupla brasileira desenvolveu um modelo eficiente. Araripe e Lemos patentearam o invento em 1932, e, posteriormente, a General Motors comprou

o projeto, implementando-o na linha Oldsmobile em 1940.

Antídoto para venenos de cobra: O médico brasileiro Vital Brasil revolucionou o tratamento contra picadas de cobra ao descobrir que cada veneno exige um soro específico. Após observar a alta mortalidade por picadas de cobras no interior de São Paulo, ele iniciou estudos com base na soroterapia do francês Léon Calmette e percebeu que os soros genéricos eram ineficazes contra venenos como os da cascavel e jararaca. Assim, Vital desenvolveu o soro anticrotálico (para cascavel) e o antibotrópico (para jararaca), estabelecendo a base da soroterapia específica, salvando inúmeras vidas e transformando o tratamento antiofídico no mundo.

Bina: Está certo que essa é uma função que hoje em dia já não faz mais tanto sentido, mas o bina (ou identificador de chamadas) foi muito importante no auge da telefonia fixa. O identificador foi criado pelo mineiro Nélcio José Nicolai, que recebeu a patente do INPI em 1997.

Apesar do sucesso, a autoria da invenção é disputada judicialmente por outros dois brasileiros: João da Cunha Doya e Carlam Bezerra Salles. O aparelho permitiu, pela primeira vez, que as pessoas vissem quem havia ligado antes de atender. Nicolai faleceu em 2017 sem resolver totalmente a disputa, mas sua invenção já havia se popularizado.

Escorredor de arroz: Na década de 1950, a cirurgiã-dentista Therezinha Beatriz Alves de Andrade Zorowich inventou um utensílio prático que eliminava a necessidade de usar dois potes (um para lavar e outro para escorrer). Cozinheira nas horas vagas, ela criou o item com a ajuda do marido. Após patentear a invenção, o escorredor começou a ser fabricado em larga escala e rapidamente se popularizou nas cozinhas brasileiras.

Urna eletrônica: Usada no Brasil desde 1996, a urna eletrônica é uma invenção nacional de-

Continuação: 'Made in Brasil': Veja 7 invenções que são brasileiras e pouca gente sabia

envolvida sob a liderança de Carlos Prudêncio. A ideia de mecanizar a coleta de votos já estava prevista no Código Eleitoral de 1932, mas só foi concretizada na década de 1990 com a ajuda de pesquisadores do Inpe e do Centro Técnico Aeroespacial (C-

TA). Atualmente, cerca de 46 países adotam sistemas similares, segundo o Instituto Internacional IDEA, consolidando a urna eletrônica como uma inovação brasileira reconhecida mundialmente.

Pra quem não viu: Brasileiro é processado por Ferrari após criar réplica de modelo raro

Um dentista de Cachoeira Paulista (SP) enfrentou problemas judiciais após criar uma réplica improvisada de uma Ferrari F40 na garagem de sua casa. O FLIPAR mostrou e republica para quem não viu. Em 2018, por conta de dificuldades financeiras, o homem anunciou sua réplica da Ferrari por R\$ 80 mil em uma plataforma online, mas retirou o anúncio após duas semanas. O caso chamou a atenção da Ferrari, que logo contratou um advogado brasileiro para representá-la. A montadora denunciou o dentista por violação da lei de patentes, alegando que ele usou o design do carro, protegido como propriedade intelectual, para fins lucrativos. A denúncia também solicitava a apreensão do veículo para perícia e, caso o crime fosse comprovado, sua destruição. José Vitor Estevam Siqueira foi condenado a parar de fabricar ou vender réplicas e a pagar indenização por danos materiais e lucros cessantes. Na época, Vitor justificou a venda como uma tentativa de superar problemas financeiros enfrentados após o furto de todos os equipamentos de seu consultório odontológico, o que o impediu de continuar trabalhando. Inicialmente, ele decidiu vender o carro, mas acabou optando por negociar a clínica e apagou o anúncio pouco depois. Sua dívida judicial acumulou na ocasião em R\$ 42,5 mil.

As contas do dentista revelaram ser de apenas R\$ 887,74, que foram bloqueados e convertidos em penhora. José Vitor chegou a processar a Ferrari por danos morais. Ele pediu R\$ 100 mil, alegando impactos psicológicos e exposição pública, mas teve o pedido negado. O protótipo foi apreendido para passar por uma perícia. José Vitor chegou a usar as redes sociais para expressar sua preocupação. A réplica foi apreendida para ser destruída. O caso segue em disputa judicial e, até o momento (19/11/24), as partes ainda

não se manifestaram sobre o desfecho. Segundo a Ferrari, a empresa tem feito esforços no Brasil para identificar e combater a fabricação de réplicas e o uso indevido de sua marca. Desde criança, José Vitor nutre uma paixão pela Ferrari, o que o motivou a começar a construir a réplica de forma artesanal, ainda em 2017. Embora seja dentista, ele se considera um entusiasta de ciência e tecnologia e utilizou máquinas que ele mesmo desenvolveu, aperfeiçoando o processo de construção por meio de tentativa e erro. Lançada em 1987, a Ferrari F40 foi o último modelo supervisionado por Enzo Ferrari, fundador da marca. Com velocidade máxima de 300 km/h, o carro é uma raridade, com pouco mais de mil unidades no mundo, e seu preço chega a ultrapassar R\$ 4 milhões. Já a réplica criada por José Vitor foi construída a partir de materiais simples comprados em ferragens e lojas de construção. Ele fabricou as chapas e moldou o automóvel em um laboratório improvisado nos fundos de sua casa, que fica em Cachoeira Paulista. "Era um sonho infantil, inocente, eu não imaginei que poderia isso.

Eu aceitei como um desafio para mim mesmo e comecei a estudar, investir tempo e dinheiro para que saísse do papel", contou, em entrevista ao g1. A Ferrari é uma icônica fabricante italiana de carros esportivos, fundada por Enzo Ferrari (foto) em 1939 e oficialmente lançada como marca em 1947. Reconhecida mundialmente pelo alto desempenho, design exclusivo e luxo, a empresa tem forte presença no automobilismo, especialmente na Fórmula 1, onde é a equipe mais vitoriosa da história. A marca é um símbolo de exclusividade, inovação e potência, com carros de produção limitada e valores que ultrapassam milhões de reais.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 4, 9

Propriedade Intelectual
4, 11

Direitos Autorais
4

Entidades
4

Inovação
4

Patentes
4, 9, 11

Propriedade Industrial
4